

O PADRE LUÍS DA GRÃ.
(1523-1609).

Um dos Fundadores de São Paulo — Adjunto de Nóbrega no Provincialato — Segundo Provincial no Brasil — Incansável pregador e missionário — Fundador do Colégio de Olinda.

P. FERNANDO PEDREIRA DE CASTRO S. J.
da Associação dos Cavaleiros de São Paulo.

Em sua lhanza e profunda humildade, foi o P. Luís da Grã um dos primeiros desbravadores das selvas, constante amigo e defensor dos brasíndios.

Nascido em Lisboa, por 1523, inscreveu-se entre os noviços da Companhia de Jesus, em Coimbra, aos 26 de junho de 1543; já era sacerdote, latinista, cursara Filosofia e Teologia; a seguir, como membro da Companhia, aperfeiçoou-se em Artes (Filosofia) e Teologia na Universidade Conimbricense.

Achou-se presente ao lançamento da primeira pedra do muito notável Colégio de Coimbra pertencente aos jesuítas — diz Serafim Leite — aos 14 de abril de 1547. E, pelo Natal seguinte, foi nomeado Reitor do mesmo colégio, conservando êsse encargo até 1º de setembro de 1550.

No referente a sua família, sabe-se que era filho de Antônio Taveira e neto do desembargador e ouvidor da casa civil, Rui Taveira que, por sua indústria e esforço, constituíra um morgado e morava em Betsoga; o apelido de Grã herdou-o P. Luís do lado materno, embora o nome também se encontre na família paterna. Era filho ilegítimo, mas alcançou licença, em Roma, para entrar na Companhia apesar de tal impedimento.

Com o fim de conhecermos o caráter do P. Grã, ainda em Portugal, apresentamos dois exemplos:

O P. Simão Rodrigues de Azevedo, um dos primeiros companheiros de Inácio de Loyola, depois de fundar a Província Portu-

guêsa da Companhia e maravilhosamente ampliá-la em avultado número de religiosos, de casas, deu aso a acesas controvérsias entre os súditos acêrca do seu govêrno, a ponto de determinar o Geral (Inácio) retirá-lo de Portugal e chamá-lo a Roma.

Ora, o P. Grã, amigo do P. Simão, declarou abertamente, em resposta ao P. João de São Miguel que lhe escrevera, quanto sentia a saída do dito P. Simão.

E, dada a afluência de jesuítas de diversas nações a Portugal, até para cargos elevados, assim confessou o seu pensamento nesse particular:

“Nunca estranhei estrangeiros, que assaz parte tem de terra (de apêgo à terra) quem entre nós olhar de que terra são uns e outros”.

P. Simão, por seu lado, o estimava, pois num relatório sôbre o que convinha à Província Portuguêsa, observou:

“Item, que o Padre (o Geral ou o Visitador) faça vir Ambrósio Pires e Luís da Grã do Brasil a Portugal, por serem homens para aquêle Reino” (1).

Mas quem propôs a ida de Grã para o Brasil? Foi o P. Miguel de Tôrres, que o Geral Inácio enviara a Portugal como Visitador; o motivo aduzido por Tôrres era o de certas queixas, entre as quais estava esta: os doutos se deixam no Reino, ficando sem letrados a Colônia.

Luís da Grã regozijou-se com tal destinação, e partiu chefiando a terceira expedição de missionários que embarcaram em Lisboa, aos 8 de maio de 1553. Constituíam-na os Padres Luís da Grã, Brás Lourenço, Ambrósio Pires e os Irmãos José de Anchieta, João Gonçalves, Antônio Blasquez, Gregório Serrão. Navegaram na armada de D. Duarte da Costa, segundo Governador do Brasil, que sempre se mostrou amigo dos jesuítas.

Formava a armada quatro embarcações: uma nau e três cavelas, conduzindo ao todo 260 pessoas e atingindo a Baía em 13 de julho; portanto com dois meses de travessia, rápida e próspera.

Aproveitaram-se os religiosos inicianos, a exemplo das duas precedentes expedições, daquelas quatro semanas de mar para sagrados ministérios, prédicas, confissões, que em tal época muito delectavam marujos e passageiros. O próprio Governador apreciava a conversa e doutrina, precipuamente do P. Brás Lourenço, pedindo-lhe até que o ouvisse em confissão (2).

(1). — *Monumenta Ignatiana*. Vol. IV, Série I, pág. 496.

(2). — *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, Vol. I, pág. 515.

Em ocasiões de bonança do oceano, passavam os Padres às caravelas para confôrto espiritual dos seus homens.

Ao ter notícias do desembarque de Grã e companheiros no Recôncavo baiano, enviou Nóbrega o P. Leonardo Nunès, Apóstolo de São Vicente, à Baía, como ordem de levar para a Capitania vicentina os recém-chegados, e talvez outros que melhor lhe parecesse convir ao bem geral da missão.

Quando regressou, vinha êle acompanhado pelo Ir. José de Anchieta, Loureno Brás, alguns mais, que em 25 de janeiro do seguinte ano seriam fundadores de São Paulo de Piratininga.

Leamos agora o cronista oficial da Companhia de Jesus no Brasil, P. Simão de Vasconcelos, em sua linguagem amena, quinhestista, uma ocorrência de certo útil naqueles anos, mas dentro em pouco supressa por inconvenientes que demonstrara:

“Até êste tempo governava Nóbrega com título sòmente de Vice-Provincial, subordinado à Província de Portugal, donde partiria. Porém, considerando nosso Patriarca Inácio a grande distância dos lugares, e os inconvenientes que podiam ocasionar-se de consultar tão longe negócios, que pediam ordinariamente presta resolução (com o acêrto que em tôdas suas coisas costumava), despediu patente neste ano (1553) ao P. Nóbrega para que fôsse Provincial com jurisdição devida, e independente de Portugal; assinando-lhe por companheiro Colateral com os mesmos poderes (porque assim o pedia o govêrno e circunstâncias daquele tempo) o P. Luís da Grã, varão das partes e esperanças que já dissemos, com ordem outrossim, que de seus companheiros escolhesse alguns de mais experiência para consultores dos negócios de mais momento, cujos votos seriam sòmente consultivos; e dêstes um (qual êle elegesse) seria o companheiro de seus caminhos.

“Veio com esta juntamente outra para que o mesmo P. Nóbrega e o P. Luís da Grã fizessem profissão solene dos quatro votos, último grau dos da Companhia, nas mãos de qualquer Ordinário destas partes” (3).

De acôrdo com a ordem da profissão solene logo atrás indicada, assim resolveu o P. Nóbrega: — Não havendo Ordinário, pois o primeiro Bispo fôra trucidado pelos caetés, recebeu o próprio Nóbrega, na qualidade de Provincial, os votos de Grã, depois êste, já professo, os votos daquele.

Considerando, a seguir, as conhecidas distâncias e dificultosas viagens na costa brasileira, Luís da Grã, Colateral e Vice-Provincial, permaneceu na Baía, ao passo que Nóbrega morava no Sul. Às fun-

(3). — *Crônica...*, Liv. I, nº 147.

ções de Vice-Provincial, acrescentou P. Luís as de Reitor dos Colégios da Baía, e mais tarde de Pernambuco. . .

Na Cidade do Salvador, passados meses após seu desembarque no Brasil, assistiu êle às lastimosas disputas de D. Duarte da Costa e de seu filho D. Álvaro com o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Não podendo suportar êsse escândalo, tanto Luís da Grã quanto o P. Antônio Pires esforçaram-se em apaziguar aquela desarrazoada contenda, e em boa parte o conseguiram induzindo D. Álvaro a pedir desculpas ao Prelado. . . D. Duarte, ao defender-se de tais desavanças em carta a El-Rei, interpôs a opinião do P. Grã,

“letrado; teólogo e virtuoso”.

P. Luís nunca abandonou a pregação e demais ministérios sacros, a começar de sua entrada no Salvador, ávido sempre de converter, de santificar.

No entretanto não tardou a julgar-se obrigado a discordar de Nóbrega no próprio ofício de Colateral, sobretudo quanto a certo caso momentoso, qual fôsse a conveniência de a Companhia possuir bens para manter os seus estudantes: negava êle contra o parecer do Provincial, daí resultando a frase divulgada entre os Padres de Lisboa:

“um vinagre, outro azeite” . . .

Ao diante, com maior experiência, mudou de opinião, pedindo até uma sesmaria em Piratininga, e solicitando ajuda, em Pernambuco, para a edificação de colégio e igreja.

*

Nesse entretempo chegava a São Paulo de Piratininga — diz Anchieta —

“um principal dos índios chamados carijós, o qual é senhor de uma vasta terra, e veio com muitos dos seus servidores a nossa presença, a fim de correremos às suas terras para os ensinar, dizendo que viviam como bestas, sem nenhum conhecimento de Nosso Senhor”.

Êsse homem chamava-se, ou antes, chamar-se-ia Antônio de Leiva; foi a 15 de maio que se apresentou aos Padres.

Nóbrega, que andava no Planalto, pretendeu logo partir com êle para satisfazer-lhe tão santos desejos, teve porém de recuar em razão da guerra de certa parte ou facções dos tupis, que impediam o caminho do Sul. Ora, no mesmo dia penetrava em São Vicente o P. Luís da Grã.

Desceu o P. Nóbrega pela escarpada, escorregadia, tortuosa “trilha dos tupis” do Campo, podendo abraçar o seu Colateral, que

ainda não o conhecia de vista, e por êle informar-se das coisas do Norte, de pormenores do Reino, resolvendo ambos os futuros esforços em prol da Colônia.

Depois, enquanto aguardava embarcação para a Baía, lançou-se Luís da Grã com o Ir. Manuel de Chaves a converter uma tribo em guerra mas, não o conseguindo, encaminharam-se para diferente e mais inteligente nação indígena, essa em perfeita paz.

“Ensinarão-lhes a santa doutrina — escreve Simão de Vasconcelos — levaram-no a construir igreja e nela lhes ensinavam a doutrina duas vêzes ao dia e tôdas as noites, além de administrar-lhes os sacramentos” (4).

O relatório trimensal de Anchieta (maio a agosto de 1556), marca a data do primeiro ingresso do P. Grã em Piratininga, provavelmente em junho de 1556... Cabe aqui a exposição dos motivos que nos levaram a considerá-lo um dos fundadores de São Paulo, embora seguramente não assistisse à missa de 25 de janeiro de 1554: — Amou extremamente o bêrço da Paulicéia, deu-lhe o máximo de seus esforços e, em dado momento, se examinarmos a tradição, impediu com o auxílio do Ir. José, que Nóbrega encerrasse a missão de Piratininga, até de toda a Capitania de São Vicente.

Longe de nós o desêjo de minimizar, por pouco que seja, a ação, a influência do primeiro Provincial para o bem do Brasil. Era magnânimo, iria idealizar e pessoalmente executar o feito magnífico de Iperoig (1562); foi o maior promotor junto a Mem de Sá e de Estácio de Sá, da conquista, contra tamoios e franceses, e da integração da Guanabara (1565-1567) em nossa Pátria... Mas a História impele-nos a recordar aqui os seguintes fatos:

Aos 7 de abril de 1557, dois anos antes de ser nomeado Provincial, escreveu P. Luís da Grã a Santo Inácio: — Lamentava a freqüente mudança dos índios para outros sítios, olvidando em breve a doutrina que lhes inculcavam os missionários; depois, tentara viagem até às terras dos guaranis, situadas na região do Paraguai, e declarou em sua carta:

“Êste caminho me mandou fazer o Padre (Nóbrega) logo que cheguei a esta Capitania, e assim estivemos de caminho 15 dias, ao fim dos quais quis o Padre saber de mim... o meu parecer. Algumas razões lhe dei para não ser então (a mudança)...” (5).

Na página precedente deixou-nos mais estas linhas:

(4). — *Crônica...*, Liv. I, nº 201.

(5). — *Novas Cartas Jesuíticas*, pág. 184.

“E porque êle pensava dar Ordens (sacras) a alguns Irmãos, e não pôde ser por ter já partido o Bispo para Portugal... determinou pedir licença ao Governador para irem os Irmãos tomá-las no Paraguai, que é uma cidade de castelhanos, pelo Rio da Prata acima, que já tem Bispo...”

“Não lha deu o Governador (Mem de Sá)... por estar aquêlê caminho fechado pelo Governador passado (Tomé de Sousa), por seus respeitos temporais, dando-lhe esperanças que El-Rei o mandaria abrir para todos” (6).

Já para o fim do seu provincialato (1559) reavivou-se na mente de Nóbrega êsse plano, desde muito acariciado. Notícias várias da acentuada aptidão das tribos do Paraguai à fé e prática do Evangelho, conforme anos mais tarde efetivamente se verificou, e por outro lado as desavenças dos portuguezes com os índios, que lhe pareciam, então, quase insuperáveis, angustiavam-no.

Ora, ao meditar em tudo isso, o Provincial desabafou, patenteou a alma, em longa e noticiosa carta, ao seu particular amigo Tomé de Sousa (1549-1553) e a expediu do Salvador, terminando-a com as palavras reveladoras, históricas:

— “... e estou mui arrependido de não haver já tirado os meus Irmãos de lá, porque segundo parece mui claro, está aquela terra com a candeia na mão, porque cada vez se lhe acrescenta a desventura e lhe falta o socôrro” (7).

a data é de 5 de julho de 1559. Trata-se evidentemente da Capitania de São Vicente.

Voltemos a Piratininga e arredores:

Refere Anchieta, em 1556, que os Irmãos Gregório Serrão e Manuel de Chaves doutrinavam com maravilhosos frutos, em Jeribatiba, distante seis milhas de Piratininga, a aldeia de Caiubi,

“nas vertentes da Serra do Mar” (8).

“Trabalha agora com êles o P. Luís (da Grã) — acrescenta o Ir. José — empregando minucioso cuidado na sua doutrinação, não só aí, mas também em outra aldeia daqui a duas léguas, lançando os alicerces da fé, visitando-a freqüentemente, mas residindo em Geribatiba, onde agora, suficientemente instruídos na fé, se receberam pelos sagrados vínculos do matrimônio” (9).

(6) . — *L. C.*, pág. 183.

(7) . — *Cartas*.

(8) . — Ver Azevedo Marques, *Apontamentos Históricas*, Vol. I, págs. 94 e 168.

(9) . — *Cartas*, pág. 90.

Não seria, outrossim, em Geribatiba, a missão atrás indicada por Simão de Vasconcelos?

Na carta igualmente composta em Piratininga, nos fins de dezembro de 1556, fala-nos de nôvo o Ir. José do P. Grã:

“Nós outros todos estamos bem; procuramos conforme às Constituições (havia pouco recebidas do Geral Inácio, ainda prudentemente para se experimentarem na prática), em a via do Senhor, guiando-nos o P. Luís da Grã, o qual em dias passados teve grave enfermidade porque se lhe fizeram umas postemas nos peitos, com perigo de vida.

“Mas nem por isso deixava de dizer as orações freqüentemente, ensinando uns e outros, e o que é mais, indo-se ao mar, entre os portugueses, daqui a dez léguas (a Santos e São Vicente), e por bosques mui ásperos, onde esteve algum tempo pregando e, tornando a nós outros, não sòmente não cresceram as postemas, como temíamos, mas ainda parece que quis o Senhor usar dessa mezinha para o curar” (10).

Lembre-mo-nos de que Luís da Grã, Vice-Provincial, assumira o superiorado de Piratininga, antes a cargo do P. Manuel de Paiva, e de tôda a missão da Capitania.

Na quadrimestre de setembro a fim de dezembro de 1556, mas assinada em Piratininga pelos últimos dias de abril do seguinte ano, portanto com notícias mais recentes, o cronista Anchieta nos presta outros informes a respeito do P. Luís:

“Em Geribatiba (na qual continuou a missionar o P. Grã), se ensina pela mesma ordem, onde alguns inocentes batizados se passaram ao Senhor; na doutrina dos outros se tem diligentemente cuidado, em particular na instrução dos meninos, mas também estes se dividiram em três moradas onde não se podem ensinar com tanta facilidade...”.

Será conveniente continuar a narração do santo canarino, por ser quem é e por indicar-nos melhor que ninguém o ardor apostólico do nosso biografado no Planalto:

“Pouco há que o P. Luís da Grã recebeu um Irmão intérprete que dá boas mostras de si. Todos estamos bem e louvamos ao Senhor, o qual nos deu graça e fortaleza interior para que com nenhuma adversidade nos apartemos da conversão destes, para o qual não será pequena ajuda a oração dos nossos Irmãos” (11).

(10). — *Cartas*, pág. 95.

(11). — *Cartas*, págs. 101, 102.

Prossegue o Ir. José, já em 1º de junho de 1560, escrevendo de São Vicente:

“Assim nas coisas da doutrina se trabalha com muito estudo e cuidado, assim em Piratininga, onde ultra (além) da comum ordem em que cada dia dos meses são chamados à igreja, de noite se ajuntam muitos machos em casa, dando-lhes sinal para isto, cujas mulheres e escravos trabalham com muita deligência em aprender o que conduz para a sua salvação, confessando-se muitos e comungando todos os domingos, vindo aos sermões e officios divinos.

“No que trabalham os Irmãos que os têm a seu cargo, principalmente o P. Luís da Grã com um trabalho incansável e contínuo, procurando a salvação das almas; três, quatro, cinco vêzes reparte o pão da doutrina aos famintos, e tão alegremente se ocupa em ensinar dois ou três, como se estivesse a igreja cheia, pondo grande cuidado em visitar os enfermos, admoestar particularmente a uns e outros, ouvir confissões.

“Os dias passados, depois do sol pôsto, veio um grandíssimo vento com chuva e granizo que fazia tremer as casas, arrebatou os telhados e fez grande estrago nos bosques. Mandou o Padre que se ajuntassem os escravos, e o sólito refúgio da oração, e tomando consigo o Ir. Manuel de Chaves, intérprete, andava de casa em casa, com medicina corporal e espiritual, e a todos fez ajuntar na igreja que parecia lugar mais seguro, admoestando-os que pedissem a divina ajuda; alguns velhos, doentes, meninos fez trazer à casa até ao outro dia, que finalmente em todos se viu um sinal da divina sabedoria, que parece que nenhuma coisa se podia e devia fazer melhor do que se fez.

“Pelo que, não sem razão, estiveram todos com o Padre, assim índios como os portugueses, a quem também pregou muito a miúdo aqui e em outras povoações, com grande satisfação dos ouvintes” (12).

A seguir descreve-nos o nosso incansável cronista a terrível cena de morte em terreiro, que o Superior de Piratininga corajosamente enfrentou:

“Muitas coisas se contam dos índios, às quais ajuntarei algumas de suas guerras, nas quais como tinham pôsto quase todos os seus pensamentos e cuidados, e nêles se se pudesse ver quão vagas são virtudes e doutrina da vida cristã, os dias passados sendo encontrados os inimigos, vieram a um lugar e tomaram muitos cativos.

“Um dêles dizia haver de se matar em uma povoação perto de Piratininga; com seus cantos vimos as festas como é costume: sabendo o P. Luís da Grã, foi a ela para batizar aos moradores que não quisessem cometer aquela maldade; prometeram-lhe que não

(12). — *Cartas*, págs. 152, 153.

haviam de deixar sujar seu lugar em que havia tantos cristãos, com derramento de sangue inocente.

“Mas, como houvesse fama que se aparelhava todo o necessário para a morte, tornou lá uma e outra vez, estando aquela aldeia quatro milhas de Piratininga, e os que já eram batizados prometeram que tal não se faria; todavia um só cativo infiel, que havia ali, vindo doutra parte para ganhar aquela mísera e torpíssima honra, induzindo por conselho de algumas velhas, determinou matá-lo e tomar o seu nome e insignias de honra.

“Sabendo nós outros que assim estava determinado, fomos lá, como quem fomos negociar em outra coisa, porque nos escondessem como costumam, para que o batizássemos e sua alma inocente fôsse participante dos gozos eternos.

“Era um menino inocente até de três anos, mui elegante e formoso, que fizemos trazer diante de nós outros e o batizamos, pensando-nos, uma parte por se haver de matar um menino inocente com tanta crueldade, e em cuja morte tantos vi, já batizados, haviam de gravemente pecar, e por outra parte alegramo-nos muito porque logo sua inocente alma havia de passar-se à vida eterna.

“Isto acabado, já a causa estava segura, e não havia perigo de esconder, começando (nós) diante de muitos a detestar aquela maldade e notar-lhes de cobardes e frouxos que queriam em meninos pequenos vingar as injúrias e mortes que recebiam dos inimigos, e ameaçar-lhes com o divino juízo e com a morte, se fôsem comer o menino já batizado.

“Depois de alguns dias, estando nós outros ausentes, o mataram com as costumadas solenidades...” (13).

Quando Anchieta escreve “nós”, é que se inclui a si mesmo, e muito provavelmente ao P. Grã, que já iniciara essa campanha a fim de batizar o curumim... Notamos, demais, que o dito Irmão, de ordinário excelente escritor, devia achar-se fatigado ou apressado, exarando ao correr da pena os trechos acima, faltos de clareza e abundantes em repetições... A todos nós nos pode suceder o que a êle lhe sucedeu.

Sempre na citada carta descreve êle mais um caso de vingativa execução em terreiro, esta porém de um jovenzinho de seus 15 anos, que trouxeram, aprisionado, de outra aldeia. Foram três Irmãos batizá-lo e, admirados pela vivacidade, inteligência, desejo do céu demonstrado pelo adolescente, assistiram-lhe a morte, infligida com pancada certa de emplumado guerreiro... Sepultaram-lhe o corpo na primitiva igreja de São Paulo, quiçá em presença do P. Luís da Grã.

*

Em seguida relatou ao vivo e difusamente o Ir. José, na mesma carta de 1º de junho de 1560, concluída em São Vicente, as atividades do Vice-Provincial acêra do herege francês João de Bolés. Resumimo-lhe o texto, transcrevendo-o, contudo, em diversas passagens:

Apareceram na Vila vicentina quatro franceses, abandonando seus companheiros que estavam entre os inimigos “em uma povoação que chamamos Rio de Janeiro, daqui a cinquenta léguas... Neste mesmo tempo um dêles ensinava as artes liberais, grego e hebraico, e era mui versado na Sagrada Escritura, e por mêdo de seu Capitão (Villegaignon), que tinha diversa opinião... uniu-se aqui com outros três companheiros idiotas, os quais, como hóspedes e peregrinos, foram recebidos e tratados mui benignamente.

“Este, que sabe a língua espanhola, começou logo a blasonar que era fidalgo e letrado e, com esta opinião e uma fácil e alegre conversação que tem, fazia espantar os homens para o estimarem.

“Escreveu também uma breve carta ao P. Luís da Grã, que então estava em Piratininga, na qual dava conta de quem era e o que havia aprendido...” (14).

Transcorrido muitos dias, pôs-se Bolés a clamar contra as imagens, a Eucaristia, o Papa, e que ansiava por discutir com o Padre.

“Sabendo isto o P. Luís da Grã veio logo de Piratininga a opor-se à pestilência e arrancar as raízes inteiras dêste mal que começava a brotar.

“Tendo receio disto e pensando que tal bastasse para indignar o Padre, e torná-lo suspeito se porventura fugisse dêle, mandou logo uma invectiva cujo princípio era êste: *Adeste mihi coelites, afferte mihi gladios ancipitas ad faciendam vindictam in Ludovicum Dei osorem...*” (Assisti-me, anjos de céu, trazei-me espadas de dois gumes para vingar-me contra Luís, inimigo de Deus...), na qual o acusava e repreendia mui gravemente porque não repartia o pão da doutrina aos portugueses, para trabalhar na conversão dos infieis, e disto se nos amontoou muitas outras coisas com que esperava se exasperasse o Padre.

“Mas o Padre que tratava coisas de Deus não fugiu, tendo mais respeito à comum salvação de todos que à sua própria glória; foi ao Vigário (Gonçalo Monteiro), requeirando que não deixasse ir adiante esta peçonha luterana, e com sermões públicos admoestasse ao povo que se acautelasse daqueles homens e dos livros que trouxeram, cheios de heresias” (15).

Nêste ponto perguntará algum leitor: — Por que não enfrentou Grã ao herege, com valiosos argumentos que nessa época ensinavam as Universidades católicas, incluindo a de Coimbra, contra os cal-

(14). — *Cartas*, págs. 157, 158.

(15). — *Cartas*, pág. 158.

vinistas? . . . Julgamos que o jesuíta arrostará de bom grado a Bolés, temia, porém, que disputas com tal homem, o qual não desejava pensar razões, mas impressionar o povo, em nada servissem à religião perante aquêles colonos ignaros, que só houvessem de levantar dúvidas e confusão.

Isso insinuam os precedentes textos de José de Anchieta já lidos, e os seguintes que agora leremos:

“Porém — prossegue Anchieta — o vulgo imperito, em freqüentes práticas louvava aos franceses, maravilhados de sua sabedoria e eloquência, apregoando os conhecimentos que tinham das artes liberais, e pelo contrário caluniava ao P. Luís da Grã, dizendo que, enojado pela invectiva que lhe mandara, o perseguia.

“E, o que é mais, já a pestilência pouco a pouco grassava nos corações incautos da imperita multidão, que sem dúvida muitos se infeccionaram da peçonha mortal, sem haver a menor resistência. Tanto valeu de repente a sua autoridade diante de todos, que muito diminuiu a do Padre, que todos tinham em muita reputação, por seu exemplo de vida e singular doutrina.

“Depois disto o mandaram (a Bolés) para a Baía, para lá se conhecer mais amplamente de sua vida, e o que lá e aqui se fez acerca dêle...” (16).

Não parece, em verdade, que a má semente calvinista deixada em São Vicente, tenha geralmente frutificado; dentro em anos tôda ou quase tôda caíu no olvido.

Quanto a ter José de Anchieta indicado, ao algoz inábil, o melhor modo de justicar a Bolés, conforme de quando em vez asseguram certos diários e revistas, é pura fábula, pela simples razão de que êsse homem, cujo apelido se vem grafando de vários modos nos antigos documentos, nunca foi enforcado.

Sucedeu isso, é verdade, com outro francês, aprisionado na conquista da Guanabara, com o P. José (já sacerdote), que o convertera ao catolicismo, mas o seu ato, reconhecido como de fina caridade, a todos edificou, e nunca impediu que a Santa Sé o declarasse Venerável, que Paulo VI tenha freqüentemente manifestado o desejo de beatificá-lo.

*

“Com o Governador veio o P. Manuel da Nóbrega...” —

escreve Anchieta no têrmo de sua já extensa epístola, muitas vêzes aqui citada, que encerra a 1^o de junho de 1560.

Todavia, nem êle nem Simão de Vasconcelos, nem outros documentários que examinamos dão a data completa da chegada de Mem de Sá a São Vicente. . . Seria antes de abril ou maio, pois tanto Anchieta como Nóbrega dataram cartas daquele pôrto em 1º de junho de 1560.

Vinha Nóbrega — escreve ainda o nosso maravilhoso cronista daquela época —

“mui doente, magro, com os pés e cara inchados, pernas cheias de postemas e outras muitas enfermidades, das quais, como aqui chegou, começou a se achar melhor...” (17).

E continua:

“O P. Luís da Grã não tem assento firme para melhor acudir a todos; agora está em Piratininga onde há muitos portugueses com tôda a sua família, aí e em outros lugares vizinhos trabalha na doutrina cristã dos índios, e agora aqui e em outros lugares ao derredor, procurando o proveito espiritual dos portugueses e seus escravos” (L. C.).

“Há pouco — prossegue Anchieta — recebemos cartas em que se lhe encomendava o cargo desta Província, o que êle disse aos Irmãos chamando-os todos à igreja, mandando-os sentar, pôsto êle de joelhos, acusando-se gravemente, afirmando não ser apto para tal cargo, e depois, prostrado em terra, beijando os pés de todos os Irmãos” (18).

Estavam então em São Vicente.

A patente de Provincial viera assinada pelo segundo Superior Geral da Companhia, Diogo Laínez, sucessor de Inácio; trouxera-a a expedição de jesuítas que navegaram com o Bispo D. Pedro Leitão (19), e lançaram âncoras no Recôncavo baiano a 9 de dezembro de 1559. Quanto ao ato de humildade do P. Grã acima referido, já era de hábito em Portugal. . . Desceu êle em breve a São Vicente e embarcou para a Baía na armada de Mem de Sá, que trouxera Nóbrega.

“O Governador — escreve Nóbrega, por seu lado, em carta ao Cardeal Infante D. Henrique — teve de vir consertar os seus navios a esta Capitania de São Vicente, onde fico por assim me ordenar a obediência; o que mais houver para escrever, o Provincial, que agora é o P. Luís da Grã, o fará” (20).

(17). — *Cartas*, pág. 160.

(18). — *Cartas*, pág. 160.

(19). — Vasconcelos, *Crônica...*, Vol. II, nº 64.

(20). — *Cartas*, pág. 228.

De fato, alquebrado, lançando pela bôca muito sangue, o já ex-Provincial entrega ao seu sucessor, seguramente jubiloso, o fardo que transportara por todo um decênio.

Grã não possuía, sem dúvida, a amplidão de vistas, o tino político, a vasta autoridade adquiridos por Nóbrega, superava-o, contudo, aparentemente, em maior benignidade, dom da oração, humilde caridade que lhe conquistavam os corações de nobres e plebeus...

Deixamos ao leitor imaginar o comovido adeus do velho Provincial e do seu continuador no govêrno da Província, o qual completara apenas 37 anos de vida...

Há pouco, segundo informava o P. Nóbrega ao Cardeal D. Henrique,

“o que mais houver para escrever, o Provincial, que é agora o P. Luís da Grã, o fará”.

De fato, deixou-nos êle três cartas noticiosas com pormenores muito úteis, louvando a bondade da terra e dos ares, descrevendo plantas e animais, a alimentação, as viagens, os costumes dos índios. Seu estilo é comumente correto e claro (21).

*

Embarcou, pois, o recém-nomeado Provincial para a Baía, na frota do Governador, atingindo a Cidade do Salvador aos 29 de agosto de 1560. Durante a viagem pregava aos portugueses, nunca deixando de ouvi-lo o próprio Mem de Sá, “desbarretado” pelo respeito à divina palavra.

“Com a vinda do P. Luís da Grã — diz-nos o Pe. João de Melo em carta de 13 de setembro de 1560, enviada do Colégio da Baía a Portugal — todos os Padres e Irmãos foram mui consolados em o Senhor, e assim com o seu bom exemplo de vida e afeabilidade tds crescem na virtude e devoção, e assim em os fervores e acêsos desejos das almas e conversão do gentio” (22).

Apresenta-nos logo o firme projeto do Provincial relativo ao aprendizado do idioma indígena, então imprescindível à conversão dos brasíndios e sua integração na convivência do Brasil. Tal aprendizado entusiasmou, mais tarde, ao historiador Varnhagen.

“Logo que o Padre aqui chegou — continua o P. João de Melo — ordenou que em casa se lesse a arte da lingua brasílica que expôs o P. Joseph (de Anchieta); o mesmo Padre é o mestre (o

(21). — Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, págs. 160, 177, 182.

(22). — *Cartas Avulsas*, págs. 252, 258.

P. Grã), e está tão exercitado e instruído nela, que leva vantagem nas coisas da arte aos mesmos línguas.

“Desta lição nem Reitor nem pregador, nem uma outra pessoas se isenta. Vai a coisa tão deveras, que há quem diga que dentro de um ano se obriga desocupado a falar a língua; nem eu, com ser dos mais inábeis, perco a esperança de sabê-la” (23).

Mais documentos aludem ao mesmo interêsse do Provincial pelo falar dos selvícolas que, aliás, o Fundador Inácio exigiu de seus filhos em qualquer região onde missionassem. Não conseguiu, na realidade, o P. Grã, abalizado pregador, exprimir-se fluentemente nessa língua, estudou-a, entretanto, quanto pudera, tornando-se, também por isso altamente benemérito.

“Chegou a esta Baía o P. Luís da Grã — anuncia alegremente, como os demais Padres já nomeados, o sacerdote Rui Pereira — em cuja vinda fomos tão consolados, que não sei em que palavras o possa explicar...” (24).

Levou consigo o Provincial quatro Irmãos línguas para incentivar as conversões e ensinar nas numerosas aldeias já cristãs ou em vias de o serem. Luís da Grã foi efetivamente apóstolo insigne. Não só enviava aos índios quantos de seus Padres e Irmãos podia sem desfalcar o Colégio baiano e a igreja da Companhia na Capital, mas era êle o primeiro a percorrer os povados do sertão, desde 1561 a 1564, administrava pessoalmente até 100, 200 e mais batismos a homens, mulheres, crianças, prèviamente preparados, e presidia aos matrimônios nos maiores centros de doutrina.

Dizemos mais: — Tudo isto realizava êle apesar de suas contínuas enfermidades, caminhadas a pé, descalço... Já D. Duarte da Costa, segundo Governador, que particularmente o estimava, vendo-o tão falto de calçados, ofereceu-lhe um par de rudes sapatos apropriados a veredas ínvias e escabrosas...

Não convindo multiplicar aqui os numerosos relatos do seu apostolado, aliás referidos em nossa biografia de outros fundadores de São Paulo, como na do P. Leonardo do Vale, transcrevemos unicamente alguns:

“Depois de sua chegada — continua o P. Rui Pereira — se ajuntaram os Padres e Irmãos que estavam pelas igrejas entre os gentios, para com todos tratar algumas coisas necessárias acêrca do modo de tratar com os índios, e também para informar e fazer informar ao Sr. Governador” (25).

(23). — *Cartas Avulsas*, págs. 252, 253.

(24). — *Cartas Avulsas*, pág. 269, também de 1560.

(25). — *Cartas Avulsas*, pág. 270.

Sucederam, com efeito, certos abusos devidos à prepotência ou inércia de diversos administradores nomeados por Mem de Sá, no interior baiano. Naturalmente queixavam-se os índios aos Padres que os instruíam em suas aldeias, de sorte que todos almejavam pela volta do Governador, porque êle ouvia com atenção a opinião dos missionários e por êles geralmente se guiava. Na verdade muito em breve pôs côbro aos abusos e por tôda a parte restituiu plena tranquilidade.

Só num ponto divergiu do Provincial e de seus conselheiros: — Não concordou no abandôno de algumas povoações indígenas pela Companhia de Jesus, assegurando que, em consciência, não o devia permitir, pois era a permanência dos jesuítas de grande serviço de Deus, de El-Rei, da preservação da paz.

O P. Antônio Pires, homem de reconhecida autoridade, deixou-nos em carta de 22 de outubro de 1560, enviada do Salvador ao Reino, vários trechos referentes ao nôvo Provincial, que temos de transcrever ou resumir:

“No tempo em que o Padre chegou a esta Baía estavam as coisas algum tanto feias, as quais logo com a sua vinda se aquietaram, assim em casa como fora... e assim deu ordem que viesse a escravaria aprender a doutrina em nossa igreja, coisa que havia muito tempo se não fazia, e êle mesmo a ensina e as coisas da fé na língua dos escravos, e em português a muitas mulheres que folgam de saber coisa que nunca lhes foi ensinada; é êle tão sôfrego nisto que, assim em casa como nas aldeias não consente a ninguém ensinar...

“Depois de sua vinda acodem a nossa casa para confissões, principalmente da escravatura, e creio que na Quaresma virão os senhores, porque mostram êles muita afeição ao Padre e êle muitos desejos de lhes dar remédio a suas coisas, e busca todos os meios para isto; finalmente é muito solícito da saúde das almas...

“Começou o Padre a visitar pela primeira visitação (uma aldeia) que estará uma légua da Cidade, onde há muitos cristãos casados... dos quais ficou tão satisfeito, que lhe pareceu que não havia mais que desejar, e determinou fazer logo todos cristãos (os que ainda não o eram), por lhe parecer que todos o mereciam...

“Depois foi a Sancti Spiritus (igreja), que está seis léguas desta Cidade, onde o receberam os principais com muita gente, com folia de tamboris, e com lhe dizerem, grandes e pequenos: *Louvado seja Jesus Cristo*, e vieram-no a receber com esta festa um grande pedaço de caminho, e assim o foram festejando até à casa.

“Chegaram à quinta-feira, e logo ao domingo batizou alguns 60 ou mais entre grandes e pequenos, e fêz oito ou nove casamentos, porque, como (eu) disse, é tão sôfrego que não deixa ninguém fazer nada; parece incansável; os que o conhecem pasmam, porque

pregam duas horas aos brancos e logo no mesmo dia prega às mulheres e no mesmo à escravaria, e gasta nisto muito tempo, que lhe não lembra comer, e muitas vêzes reza o têrço lá muito de noite; finalmente a todos nós nos envergonha” (26).

Impossível é numa sucinta biografia aduzir todos os casos particulares e por certo interessantes, que lhe iam sucedendo. Amavam-no quantos o conheciam, vendo-o sempre em atividade apesar de doente e enfraquecido, não se cansavam de festejá-lo: os índios das aldeias ampliavam-lhe os caminhos, estendiam-lhe pontes nos ribeirões, levavam-lhe centenas de curumins e cunhantãs coroados de flôres, enfeitavam-lhe com ramadas coloridas as igrejas, forcejavam por transportá-lo em rêde e ofereciam-lhe, jubilosos, presentes de seus roçados e florestas.

Também os missionários lhe tributavam profundo e respeitoso afeto, organizavam os festejos, dispunham com tempo batizados e casamentos para que êle solenemente os efetuasse, congregavam-se, em tôrno dêle, nas maiores povoações, trazendo-lhe de muitas léguas milhares de cristãos adultos e as crianças das escolas.

A tal ponto chegou o brilho de aparatosas cerimônias nas igrejas, de variados jogos, danças e mais folguedos dos curumins, que o Bispo D. Pedro Leitão, que uma ou outra vez até o próprio Governador, que numerosos portugueses dos mais nobres e abastados as presenciavam.

Percorreu o Provincial, em resumo, quase tôdas as aldeias e povoações junto ao mar e no sertão, além das visitas provincialícias às casas da Companhia, que lhe cabiam qual precípua dever de seu offício.

No entretanto, é preciso frizá-lo, não lhe faltaram dissabores de diverso gênero, que sobretudo causavam a seus missionários a ganância e maus conselhos de certos negociantes brancos, avultando os do Rio Real, já nas fronteiras de Sergipe... Maltratavam e desencaminhavam os índios.

Nesse entretempo volviam-se os anos. Ia encerrar-se o provincialato do magnânimo Provincial (1559-1570), com quase onze dezosentos de preocupações e incessantes esforços. Suceder-lhe-ia no cargo o P. Antônio Pinto, até à chegada de Inácio Tolosa, enviado pelo Geral, como Visitador extraordinário, com plenos podêres de govêrno e maiores decisões (1572-1577).

Dois anos antes, em 1558 — informa Simão de Vasconcelos — ordenou o Visitador ao P. Provincial Luís da Grã que fôsse em seu

(26). — *Cartas Avulsas*, págs. 274 e segs.

lugar a Pernambuco, para ali restabelecer a residência, três vêzes começada e sempre pedida com insistência por aquêlê povo (27). Levou consigo os Padres Diogo de Freitas, Amaro Gonçalves e outros religiosos.

Lá desembarcou em julho de 1568, sendo recebido com efusivo alvoroço, e exercendo sem repouso, como de costume, os ministérios sagrados entre tôda a população... Imitava, aliás, os que lá o precederam: Nóbrega e Antônio Pires, mais tarde dois outros grupos de inacianos (28).

Incitava o Padre por todos os meios a obra que viria a ser o imponente e benemérito Colégio de Olinda, desde anos insistentemente solicitado pelo Capitão, a nobreza, o conjunto dos moradores daquela terra. Deixando, enfim, tudo bem encaminhado, nomeou Superior da casa o P. Diogo de Freitas,

“e voltou ao Colégio da Baía a exercitar as obrigações do seu Officio” (L. C.).

“Abriu (em Olinda) o P. Superior classes de ler, escrever e doutrina dos meninos... E, pouco depois, chegando ali de Portugal o P. Afonso Gonçalves e o Ir. João Martins, encarregou o cuidado da escola ao P. Afonso Gonçalves, e o de uma classe de latim ao P. Amaro Gonçalves, com que os moradores ficaram contentes, porque desejavam, havia tempo, esta boa educação de seus filhos e, como já eram mais em número os religiosos, acudiram, não sômente às necessidades da Vila em que residiam, senão também volantes, às vizinhas donde eram chamados, e nelas às grandes necessidades espirituais” (29).

*

Escasseiam agora notícias do P. Grã, pelo menos nos documentos que nos foi possível consultar; possuímos, contudo, valiosas informações sôbre a sua virtude, atividade geral e estima em que sempre foi tido por quantos o conheciam.

Em 1584 encontramos-lo como Reitor do Colégio de Olinda, educandário cujo edifício viria a ser um dos maiores da Companhia no Brasil. Quando o vimos, há alguns decênios, estava ainda habitável e sofrivelmente conservado.

O P. Visitador Cristóvão de Gouveia, que permaneceu no Brasil de 1583 a 1589, quando examinou os trabalhos da Companhia em Pernambuco, expôs seu parecer a respeito do P. Grã:

(27). — *Crônica...*, Liv. III, nº 123.

(28). — Ver nossa biografia do P. Gonçalo de Oliveira em *Verbum*, Revista da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

(29). — Simão de Vasconcelos, *Crônica...*, Liv. III, nº 123.

Havendo sido mais uma vez indicado para nôvo período de provincialato, já não parecia conveniente a êsse encargo, porque pela idade e alguma sonolência, difficilmente poderia manter a necessária vigilância nas obrigações de tal officio (30).

Prestou ainda, entretanto, ao deixar o reitorado, assinalados serviços no officio de Padre Espiritual ou confessor da Comunidade, admonitor official do Reitor, até de Visitador numa parte da Colônia (31).

O mesmo P. Cristóvam de Gouveia legou-nos, na carta já indicada, um elogioso testemunho, profundamente comovente, do que fôra o segundo Provincial do Brasil:

“O P. Reitor que está bem vellos (apenas 60 anos), tem grande espirito com que atura muito trabalho. Nunca bebeu vinho, que nestas partes é coisa rara. Dorme pouco de noite, vestido sobre a cama, prega freqüentemente e bem.

“Tôda a gente lhe tem grande respeito e amor, e recorre a êle de ordinário em todos os seus negócios espirituais e corporais, e para tudo o acham pronto, dando remédio a tôdas as suas necessidades. Com os de casa se há muito bem.

“É homem lhano, afável, prudente, inteiro e exemplar. Nalgumas regras e Constituições não anda tão versado e corrente, por sua velhice, contudo o principal e substancial delas faz guardar inteiramente, e com sua autoridade os contém quietos e contentes” (32).

Faleceu santamente o honrado sacerdote e religioso, no Colégio de Olinda, aos 16 de novembro de 1609, contando 86 anos de idade, 66 de vida na Companhia de Jesus e 56 de fecundo. nobre e nunca interrompido trabalho apostólico no Brasil, que estremecidamente amou.

(30) . — *Cartas de Pernambuco*, 6 de setembro de 1584.

(31) . — Serafim Leite, *História...*, Vol. II, pág. 275.

(32) . — Cristóvão de Gouveia, L. C.